

“O país precisa de uma política que não estorve” Mário Ferreira expande para 55 navios na Douro Azul

12 SUCESSO.PT

Temos a base criada para dar um salto grande e saltar para o top 10 europeu, em vez de termos saído do top 20, como saímos dos países mais ricos da Europa.” Mário Ferreira acredita no crescimento do país, mas admite ter enfrentado anos difíceis no turismo, com a pandemia e guerra da Ucrânia. Em entrevista exclusiva sobre o negócio dos cruzeiros, que emprega 2000 pessoas (fixas) e fatura 400 milhões de euros, o empresário nega investigações por denúncias sobre os seus investimentos na Douro Azul e na Mystic e revela a expansão desta área de negócio do grupo, com “perto de 50 navios de rio, cruzeiros de rio, navios-hotel; 4 expedition de

200 passageiros cada (mais um que estamos a construir) e o Vasco da Gama.”

O presidente do grupo Pluris avisa que o país precisa de mais empresários dinâmicos e de “uma política que não estorve e que consiga colocar os ventos de feição para os rumos que podem ser traçados.”

O empresário defende maior aposta na “nova geração muito bem formada” e políticas para combater o declínio demográfico: “Temos um problema de natalidade que, politicamente, deveria estar a ser agarrado e tratado hoje e não está a ser.”

Entrevista para ver em Amanha.pt e Euronews (canal youtube) e ouvir em podcast.



Reter talento Isenção de IRS por 10 anos para os jovens?

2 SIM OU NÃO

António Leitão Amaro, jurista e ex-deputado, e Paulo Marques, professor e coordenador do Observatório do Emprego Jovem, debatem medidas para travar a sangria de jovens qualificados que decidem emigrar.



Clima A urgência da sustentabilidade no séc. XXI

16 OPINIÃO / PODCAST

Júlia Seixas, pró-reitora da Universidade Nova de Lisboa, afirma que “é vital construir uma nova perspetiva e um nível diferente de compreensão para se lidar com a urgência e a complexidade da sustentabilidade.” Oíça o podcast Pensar Amanhã em amanha.pt



Finanças Públicas Orçamentar a despesa e adequar a receita

6 OPINIÃO / PODCAST

António Ramalho, economista, defende que “o conceito de gratuitidade dos serviços públicos, como está a ser usado, é uma violação da transparência política”, tal como “discutir a alteração de impostos sem discutir a despesa pública.”